

## PÚBLICO OU PRIVADO? O SISTEMA DE *VOUCHER* E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Recebido em: 03/07/2023

Aceito em: 03/08/2023

DOI: 10.25110/educere.v23i2.2023-018

Cristiane Barrivieira Laureth<sup>1</sup>  
Diones Clei Teodoro Lopes<sup>2</sup>  
Maria Christine Berdusco Menezes<sup>3</sup>  
Rita de Cássia Silva Sanglard<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise sobre a política pensada para a educação pública brasileira sob o ideário neoliberalista de diminuir a atuação do setor público e manter apenas instituições privadas ao dar uma espécie de “*voucher*” para a população custear o ensino superior. Uma pesquisa de abordagem qualitativa (MINAYO, 2001) e de revisão bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 1991). Na perspectiva da pesquisa realizada, tem-se por objetivo enfatizar, discutir e problematizar a proposta do Ministério da Economia com a implantação dos *vouchers*. Proposta essa que põe em evidência que não cessam os ataques a educação pública brasileira, pois a cada dia surgem novas propostas de privatização da educação, de valorização e incentivo ao ensino privado sem considerar as desigualdades sociais geradas por tais processos, significativos retrocessos das conquistas no âmbito das lutas educacionais com incalculáveis prejuízos culturais. Donde se conclui que a educação nesse país se tornou mero instrumento de mercancia do mundo capitalista.

**PALAVRA-CHAVE:** Educação Pública; *Vouchers* Educacionais; Relação Público-privado; Neoliberalismo.

### PUBLIC OR PRIVATE? THE *VOUCHER* SYSTEM AND ITS IMPLICATIONS IN BRAZILIAN EDUCATION

**ABSTRACT:** This article presents an analysis of the policy designed for Brazilian public education under the neo-liberalist ideals of diminishing the performance of the public sector and maintaining only private institutions by giving a kind of “*voucher*” to the population to pay for higher education. A research of qualitative approach (MINAYO, 2001) and bibliographic review (MARCONI; LAKATOS, 1991). From the perspective of the research carried out, the objective is to emphasize, discuss and problematize the proposal of the Ministry of Economy with the implementation of *vouchers*. This proposal highlights that the attacks on Brazilian public education do not cease, because every day new proposals arise for privatizing education, valuing and encouraging private education without considering the social inequalities generated by these processes, significant setbacks of the achievements in the ambit of educational struggles with incalculable

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [cristianelaurethpitanga@gmail.com](mailto:cristianelaurethpitanga@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8025-1138>

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [dctladv@gmail.com](mailto:dctladv@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1629-6216>

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e em Agroecologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [mcbmenezes@uem.br](mailto:mcbmenezes@uem.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3097-5242>

<sup>4</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [rsilvasanglard@yahoo.com.br](mailto:rsilvasanglard@yahoo.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8744-5333>

cultural losses. It follows that education in that country has become a mere tool of merchandising for the capitalist world.

**KEYWORD:** Public Education; Educational *Vouchers*; Public-Private Relations; Neoliberalism.

### **¿PÚBLICO O PRIVADO? EL SISTEMA DE *VOUCHER* Y SUS IMPLICACIONES EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA**

**RESUMEN:** Este artículo presenta un análisis de la política diseñada para la educación pública brasileña bajo la ideología neoliberal de reducir el papel del sector público y mantener solo las instituciones privadas dando una especie de “*voucher*” a la población para pagar la educación superior. Una investigación con enfoque cualitativo (MINAYO, 2001) y revisión bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 1991). Desde la perspectiva de la investigación realizada, el objetivo es destacar la propuesta del Ministerio de Economía con la implementación de los *voucher*. Esta propuesta deja en claro que los ataques a la educación pública brasileña no cesan, como nuevas propuestas de privatización de la educación, valorización y fomento de la educación privada sin considerar las desigualdades sociales generadas por tales procesos, retrocesos significativos de los logros en el ámbito de la luchas educativas con daños culturales incalculables. De lo cual se deduce que la educación en ese país se ha convertido en un mero instrumento de comercio en el mundo capitalista.

**PALABRA CLAVE:** Educación Pública; *Vouchers* Educativos; Relaciones Público-Privadas; Neoliberalismo.

### **INTRODUÇÃO**

O Brasil é um país federado, razão pela qual a responsabilidade pela oferta da educação, dentre outras responsabilidades estatais, encontra-se dividida entre as três esferas governamentais que o compõem: governo federal, governos estaduais (total de 26 estados) e governos municipais (5.570 no total), além da capital federal – Brasília – que possui status de Estado (ADRIÃO, 2016).

Desde 1988, considerando as Emendas Constitucionais posteriores e o contido no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 1996), a divisão de responsabilidades para a oferta da educação básica é assimétrica, na medida em que delega aos municípios o dever de ofertar e manter a educação infantil e o ensino fundamental. Neste caso, a atuação dos municípios se dá em conjunto com os governos estaduais, os quais devem garantir, prioritariamente, a oferta do Ensino Médio a todos com idade entre 15 e 17 anos (ADRIÃO, 2016).

Com o período de redemocratização do país e após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi que o Estado brasileiro inaugurou uma nova relação com as camadas mais pobres da sociedade, a configurar o Estado social de Direito. A universidade pública

e gratuita na condição de instituição do Estado com potencial e, institucional espaço de produção e socialização do conhecimento acadêmico-científico, torna-se alvo de direito e lugar a ser alcançado (GONÇALVES, 2013; AMARAL, 2016, p. 12).

O que antes era um espaço de privilégios para alguns, torna-se público e de direito. Porém, esse direito subjetivo social sofre sérios ataques e ameaças com o discurso da política neoliberal e suas estratégias de soluções técnicas, eficientes a partir de sua dinâmica capitalista que prometem salvar a “humanidade” com a solução dos problemas sociais. Evidentemente a estratégia neoliberal de conquista hegemônica não se limita ao campo educacional, embora ele ocupa aí um lugar privilegiado, como um dos muitos elementos passíveis de serem utilizados como técnica de governo, regulação e controle social (DA SILVA, 2005, p. 13).

Os meios de comunicação de massa assumem uma importância estratégica no projeto neoliberal de conquista hegemônica. Exemplo atual dessa estratégia é a indústria editorial de livros didáticos e paradidáticos, o terceiro-setor, as parcerias público-privadas e as atividades das fundações (Fundação Lemann, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Rede vencer, dentre outras). Além desses setores os veículos Abril e Globo condenam a participação do Estado e proclamam as virtudes da iniciativa privada, servem de balcão e aproveitam de subsídios estatais para a produção de seus artefatos culturais.

Há uma reorganização da relação público-privado, em que a execução das políticas sociais é transferida para o setor-lucrativo ou para o público não-estatal. Aquilo que remanesce sob a gerência do Estado passa a ter parâmetros do privado, sob argumentos da eficiência e da produtividade, desmoronando profundamente a gestão democrática da educação (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Nesse contexto faz-se importante saber que a educação é um direito universal, de todos os brasileiros e brasileiras, e para tanto deve ser custeada pelo Estado, condição assegurada na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, mais que um direito constitucional, é um direito humano, financiado por fundo público, que por sua vez é constituído pelos impostos.

A justificativa desse trabalho, enquanto contribuição prática, está na necessidade de divulgação das potenciais implicações que o sistema de *voucher* poderá trazer aos estudantes brasileiros e suas famílias, bem como, enquanto contribuições teóricas, a produção de conhecimento científico a respeito de suas consequências positivas ou negativas para a sociedade.

Neste sentido o presente estudo busca compreender em que medida o avanço e consolidação do Estado neoliberal contribui para a precarização do sistema educacional brasileiro, por meio da política de *vouchers*. Realiza uma análise sobre a educação pública brasileira sob o ideário neoliberalista de diminuir a atuação do setor público e manter apenas instituições privadas ao dar uma espécie de “*voucher*” para a população custear o ensino superior. Assim persegue o objetivo de enfatizar, debater e discutir a proposta do Ministério da Economia de implantação dos *vouchers* no sistema educacional do país.

## **ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Há em curso no Brasil um plano para a fragilização da educação pública e gratuita. “Neste contexto, a educação sofreu grande influência, nas últimas décadas, quando incorporou o ideário neoliberal nas políticas educacionais, empreendidas pelos Estados, orientados por estas concepções” (AHLERT, 2003, p. 131). O desmonte de uma política pública de estado tão importante, dificulta o propósito de diminuir as desigualdades em educação e promover programas a populações historicamente excluídas. “No Brasil, estas políticas públicas, hegemônicas pelas elites, levaram historicamente para a exclusão social, pois sempre impuseram, em cada período, com matizes próprias, as regras do jogo” (AHLERT, 2003, p. 130).

São constantes os ataques do governo aos direitos à educação pública, gratuita e de qualidade garantidos na Constituição Federal de 1988. A constituição de 1934 já previa que a educação era responsabilidade do poder público. Nesta Constituição passa a ser definida como um direito de todos, correspondendo a um dever da família e dos poderes públicos. É notório o avanço das disposições que se referem à temática da educação da Constituição de 1934 até a Constituição de 1988 (CAMARA, 2013, p. 23).

A Carta Constitucional de 1988 trouxe a educação sob perspectiva política e de interesse público e inseriu a educação como um direito social previsto no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Nesse contexto cabe destacar a importância no FUNDEB na educação brasileira. A Educação é um direito universal, todos os brasileiros têm direito a uma educação pública de qualidade, e deve ser mantida e custeada pelo Estado. O FUNDEB é uma vinculação de recursos dos impostos do fundo público direcionado especificamente para custear a educação, prescrito na Constituição Federal de 1988. O Fundeb foi instituído

como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Destaque-se que o investimento público total [...] representa a soma de todos os recursos aplicados pelo setor público (União, Estados e municípios) em educação. Esse montante de recursos inclui a estimativa para a aposentadoria futura do pessoal atualmente ativo no setor educacional, que não está contemplado no investimento direto (MACIEL, 2009, p. 10 apud ADRIÃO, 2016).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o ensino fundamental passou a ser obrigatório e gratuito a todos. Houve uma ampliação do dever do Estado para a Educação. Foram criadas leis, a exemplo da LDB, que propunham igualdade de acesso e permanência na escola e garantia de qualidade. Neste contexto, não se pode esquecer que os municípios brasileiros passaram a assumir, progressivamente, a oferta do ensino fundamental, tendo em vista o cumprimento das normas legais prescritas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996. Muitos deles buscaram, por meio de parcerias, alternativas no terceiro setor, para execução de políticas educacionais, no sentido de atender as suas demandas, superar os problemas educacionais e, principalmente, modernizar a gestão escolar, conforme mostram as pesquisas realizadas (PERONI, 2009).

Os indicadores para o sucesso do ensino fundamental, segundo o IAS seguem quatro eixos, sendo eles: a) gestão da aprendizagem (preocupação com a quantidade e qualidade do aluno); b) gestão do ensino (preocupação com a qualidade do trabalho do professor); c) gestão da rotina escolar (corresponde ao dia-a-dia da escola, do fazer escolar, organização da sala de aula, controle e frequência administrativa etc.); e, d) gestão da política pública (visa a intencionalidade do governo na afirmação de programas e projetos sociais (OLIVEIRA; COUTINHO, 2014, p. 138 apud MOREIRA, 2018).

A educação pública brasileira vivenciou ataques no último governo, os quais demonstram a destruição das conquistas democráticas realizadas em governos antecessores, que visaram à ampliação do direito de todos à educação. Dentre os diversos exemplos, podemos citar: a reestruturação curricular gerida pela BNCC e o empresariado; a reforma trabalhista e o projeto de reforma da previdência; venda de vagas das creches públicas para o setor privado; projetos de lei da escola sem partido; fechamento de escolas; crescimento das escolas militares; mudança de regra da partilha do pré - sal; criação de programa assistencialista (Criança Feliz); projeto de Emenda

Constitucional que prorroga até 2023 a permissão para que a União use livremente parte de sua arrecadação (Desvinculação de Receitas da União) ampliando seu percentual de 20% para 30%; dentre outros (MOREIRA, 2018).

Neste sentido:

Estas posições orquestradas objetivam preparar o caminho para as grandes transformações que os Estados Unidos, com o apoio do Japão, Nova Zelândia e Austrália, estão propondo para o campo educacional, ou seja, transformar a educação, historicamente entendida como um direito, em serviço, entenda-se negócio, dentro das normas da Organização Mundial do Comércio – OMC (AHLERT, 2003, p. 138).

Alguns programas de bolsa educacional foram criados, com características muito semelhantes aos sistemas de *vouchers* educacionais, contudo, esta possibilidade não poderá constituir a regra do sistema de educação brasileiro, devendo ser utilizada apenas quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando (PEIXOTO; SANTORO; WANDERLEY, 2020, p. 88).

A educação como prática social e, mais especificamente, a educação escolar foram alçadas à condição de lócus da construção de uma “nova pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2006), pois essa educação vem sendo propagada por diferentes meios, mas a escola continua sendo o espaço privilegiado para a conformação técnica e ético-política do “novo homem”, de acordo com os princípios hegemônicos. Segundo Ahlert (2003, p. 140), “o termo cidadania tornou-se refém do discurso das elites, que têm mantido o poder com toda a astúcia que lhes é própria”. O “novo homem”, nessa visão de mundo, deve: sentir-se responsável individualmente pela amenização de parte da miséria do planeta e pela preservação do meio ambiente; estar preparado para doar uma parcela do seu tempo livre para atividades voluntárias nessa direção; exigir do Estado em senso estrito transparência e comprometimento com as questões sociais, mas não deve jamais questionar a essência do capitalismo (FALLEIROS, 2005, p. 211 apud PERONI, 2009).

## **O DISCURSO EDUCACIONAL NEOLIBERALISTA E OS *VOUCHERS* EDUCACIONAIS NO BRASIL**

Inicialmente é necessário conceituar o termo *voucher*, palavra de origem inglesa, cuja tradução para a língua portuguesa resulta no termo comprovante. Tem ainda, o significado de: “Um pequeno pedaço de papel impresso que dá direito a um desconto ao seu titular, ou que pode ser trocado por bens ou serviços” (OXFORD, 2021, on-line) ou:



“1. Documento que comprova o pagamento e o direito a um serviço ou a um produto. 2. Vale de desconto” (PRIBERAM, 2021, on-line).

A proposta do *voucher* educacional feita pelo antigo ministro da economia, tratava-se de uma política destinada a distribuir cupons - equivalentes a cheques - com valor agregado que poderiam ser trocados pelo serviço público ou privado de educação. Tal mecanismo caracteriza uma forma de subsidiar a população com o serviço social de educação, por meio de práticas neoliberais resultantes da transferência de recursos públicos para o setor privado. Porque no pensamento neoliberal “Tudo o que é estatal não presta e o Estado é o culpado pelas péssimas estradas, pelo péssimo atendimento à saúde, pela falta de produção. Por isso, ele deve deixar tudo isso nas mãos da iniciativa privada” (AHLERT, 2003, p. 136). Para aqueles que defendem essa política, também é uma forma de outorgar maiores possibilidades de escolha aos pais e alunos (CUNHA, 2008, p. 13).

A ideia de *voucher* educacional não é nova, pois foi idealizada pelo economista Milton Friedman em 1955, e que mais tarde foi aplicada em diversos países de primeiro mundo como Dinamarca, Suécia, Estados Unidos, e também em países subdesenvolvidos como Chile e Colômbia (MEZACASA, 2020, p. 81). A partir disso:

Nos anos 1980, estudo coordenado por James Coleman (Coleman; Hoffer; Kilgore, 1982), concluiu que, controlando-se outras diferenças, os estudantes de escolas privadas superavam os de escolas públicas. Conferências de imprensa, manchetes de jornais, audiências públicas e mobilizações tentaram, com base nessas conclusões, justificar a instituição de um sistema de *voucher* que permitiria aos pais usar dinheiro público para enviar seus filhos a escolas privadas (KLEES; EDWARDS JR., 2015, p. 14).

O funcionamento do sistema de *vouchers* tem os seguintes aspectos: a) o governo estabelece os requisitos mínimos para credenciamento das escolas no programa; b) as famílias recebem um vale para pagar total ou parcialmente qualquer escola escolhida por ela; c) a disputa pelos alunos se estabelece entre as escolas públicas e privadas; d) o financiamento está ligado às condições do aluno e o valor repassado o segue, aumentando a competição entre as escolas; e) para calcular o valor do *voucher* utiliza-se o custo médio de educação por aluno; f) como existe a possibilidade de escolher a escola, a família pode complementar o valor da mensalidade caso opte por uma escola acima do valor recebido no *voucher* (NIGRO, 2015, p. 14).

Essa construção ideológica não é complexa, ao contrário disso, bem simples. Tendo em vista a elevada competição pela busca de alunos, concebe-se que o próprio mercado seria capaz de elevar a qualidade do ensino e da oferta nas escolas. Além disso,

gera um falso aspecto de promover a liberdade de escolha dos pais, ao decidir qual perfil de escola gostaria que seu filho fosse matriculado (PEIXOTO; SANTORO; WANDERLEY, 2020, p. 81). Por meio dessa ideia, “[...] acredita-se que o benefício que o *voucher* traz é: quanto maior a competição, quanto mais concorrerem entre si pelos recursos, melhor as escolas vão se estruturar, vão investir na sua capacitação [...]” (EPSJV/Fiocruz, 2020, on-line).

A política liberalista, incorporada pelos governos da “nova” direita, defendem o Estado mínimo e de menos governo. Nessa retórica liberal isso significa apenas menos regulamentação da atividade econômica do capital, descentralização/terceirização. Na esfera da educação pública, a Educação institucionalizada é justamente um desses mecanismos de normalização e controle estatal, em que a estratégia liberal de retirar a educação institucionalizada da esfera pública e submetê-la as regras do mercado significa não mais liberdade e menos regulação, ao contrário, significa mais controle e “governo” da vida cotidiana, que a transforma num objeto de consumo individual ao invés de discussão pública e coletiva (DA SILVA, 2005, p. 18).

Os vouchers geralmente tiram dinheiro da educação pública para dá-lo a famílias que desejam enviar os filhos a escolas privadas. Parte fundamental de sua lógica baseia-se na suposição de que alunos do ensino privado cursariam uma escola melhor e que a concorrência e a disciplina do mercado levariam, necessariamente, as escolas a serem mais inovadoras e sensíveis às demandas da comunidade (KLEES; EDWARDS JR., 2015, p. 16).

Uma das operações central do pensamento neoliberal, em particular, no campo educacional, consiste em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas. Os problemas sociais e educacionais não são tratados como questões políticas, como resultado e objeto de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais. Neste sentido:

Só os empresários é que sabem, em verdade, o que é bom e importante para o povo. Daí a necessidade de uma reforma total na educação, porque a educação no país é péssima, a reprovação é alta, as escolas não sabem formar pessoas para o mercado. Tudo isso é culpa do Estado, que é incompetente em preparar a população para o trabalho e para a capacidade de desenvolvimento pessoal e crescer no sentido de enriquecimento. Na ótica liberal, o fracasso da escola pública nada tem a ver com o desemprego, o subemprego dos pais, com o salário de fome. Por isso, é preciso reformar a educação e chamar, para isso, quem, de fato, entende: os empresários e os administradores (AHLERT, 2003, p. 136).



Assim, a situação desesperadora enfrentada em nossas escolas por professores/as e estudantes é vista como resultado de uma má gestão e desperdício de recursos por parte dos poderes públicos, como falta de produtividade e esforço por parte de professores/as e administradores educacionais, como consequência de métodos “atrasados”, de um ensino e de currículo inadequados.

A base fundamental do sistema de vouchers encontra-se na ideia de que em escolas privadas o ensino seria melhor e aposta-se na concorrência do mercado criado para estimular as escolas a serem mais inovadoras e sensíveis às demandas da comunidade. De forma simples, o Estado deslocaria dinheiro da educação pública para subsidiar a matrícula dos alunos em escolas privadas (PEIXOTO; SANTORO; WANDERLEY, 2020, p. 91).

Tudo se reduz, nessa solução, a uma questão de melhor gestão e administração. Para problemas técnicos soluções técnicas, ou melhor, soluções políticas traduzidas como técnicas, tal como a privatização, por exemplo. É nesse raciocínio que se insere o discurso educacional neoliberal e de suas presentes propostas sobre a qualidade e sobre a gerência da qualidade total na educação (DA SILVA, 2005, p. 18-19).

Cristovam Buarque no livro *A construção da modernidade ética* traz discussões sobre o processo de formação e construção de uma modernidade sob composição de mitos e utopias da sociedade brasileira. Ao longo dos diálogos e elucidações, Buarque evidencia como deveria ser sociologicamente construída e fundada uma sociedade modernamente ética, com suas utopias e sonhos construídos coletivamente/dialeticamente a partir de seus contraditórios histórico-humanos e sociais.

Isso explica em partes por que ao longo da história sob o discurso do futuro (mito) de desenvolvimento a sociedade brasileira foi excluindo uma grande parcela de sua população, considerada como um obstáculo para a massa elitista. O *voucher*, nada mais é que uma faceta desse mito incorporado e vivo na fala dos neoliberais e conservadores representados pelos governos de direita. Desta forma, o *voucher* caracteriza instrumento a permitir que a educação pública seja retirada do Estado e deslocada para a esfera do mercado. É também uma forma do Governo Federal estruturar um aparato político, em que a autonomia relativa dos municípios e dos estados será desconsiderada.

O que significa dizer que, o pano de fundo da política nessa perspectiva para a educação pública brasileira é o de simplesmente acabar com as universidades públicas no Brasil, manter apenas instituições privadas ao dar uma espécie de “*voucher*” para a população custear o ensino superior. Significa abrir mão de quase toda a produção

científica do país, do conhecimento produzido e da excelência de ensino das Instituições Federais de Ensino superior (IFES).

A elevação de matrículas na educação superior permitiu a formação e qualificação de muitos jovens trabalhadores assalariados, porém, doutro norte, a consequência das políticas e parcerias entre o público e o privado ocasionou a redenção das instituições privadas de educação superior que beiravam a falência (MOREIRA, 2020).

E assim, a receita da ineficiência estatal se traduz pelo baixo investimento na área da educação, uma das prováveis causas da baixa qualidade no ensino fornecido pela rede pública. É importante ressaltar que não parece ser apenas coincidência que a irmã do ministro do governo anterior, era presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), entidade que representa monopólios educacionais no país, de olho em um potencial mercado “consumidor” formado por milhões de estudantes (só nas federais são mais de 2 milhões).

Frente as incoerências do ministro, foi óbvio, como o governo de Bolsonaro, que independente da área de atuação, teve compromisso com a retórica do ódio em relação aos serviços públicos e desdenhou do acesso à educação pública de qualidade. O ministro chamou servidores públicos de “parasitas”, criticou empregadas domésticas que viajavam de avião e, deixou claro que o ensino superior não é lugar para “filhos de porteiros”. Foram algumas de suas manifestações públicas abomináveis.

### **VOUCHERS: UMA AMEAÇA À ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA**

A política do governo Bolsonaro fez coro à política neoliberalista em que o discurso da qualidade referente ao campo educacional, imprime aos debates e propostas políticas do setor um claro sentido mercantil e de consequências devastadoras e antidemocráticas. É uma nova retórica conservadora funcional coerente com o feroz ataque aos espaços públicos, entre eles a escola das majorias (GENTILI, 2007, p. 115). “Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise” (PERONI, 2009, p. 764). Segundo essa mesma teoria, só o mercado pode e deve superar as falhas do Estado.

Em contraponto, diferentes estudos teóricos a exemplo de Peroni; Oliveira; Fernandes (2009); Da Silva (2005); Gentili (2005); Mészáros (2002); Adriã (2005) entendem que essa crise não se encontra no Estado, é uma crise estrutural do capital. E as estratégias de superação da crise como o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação

produtiva e a terceira via é que estão redefinindo o papel do Estado (PERONI, 2006; 2009). Tais autores apontam que é possível identificar os fatores que potencializam os índices de desigualdade social e que prejudicam o desenvolvimento econômico do estado.

O Ministério da Economia, em vez de ter formulado políticas para investimentos na educação pública, agiu na contramão. Desde 2019 o orçamento de custeio das Universidades Federais diminuiu 25%. O Ministério compreendia que o Brasil gastava muito com educação pública, a visão era a de que esta educação nada mais é que “um peso morto”, porque a aplicação dos recursos constitucionais na educação não significa investimento. Entende-se que o Ministério considera a educação privada mais eficiente do que a educação pública.

Todavia, as escolas privadas não são mais eficientes que as escolas públicas por causa de alguma qualidade inerente e transcendental da natureza da iniciativa privada (o contrário valendo para a administração pública), mas porque um grupo privilegiado em termos de poder e recursos pode financiar privadamente uma forma privada de educação (sem esquecer a vantagem de capital cultural inicial – de novo resultante de relações sociais de poder – de seus/suas filhos/as, em cima do qual trabalham as escolas privadas).

As escolas públicas não estão no estado em que estão simplesmente porque gerenciam mal seus recursos ou porque seus métodos ou currículos são inadequados. Elas não têm os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição subordinada em relação as relações dominantes de poder. É por isso que a questão da qualidade também não pode ser formulada fora desse contexto. A qualidade já existe, mas para apenas alguns (DA SILVA, 2005, p. 20).

O movimento do governo anterior foi, ao mesmo tempo, de crítica ao Estado, à ineficácia/ineficiência da escola pública, de cobrança do Estado na manutenção da escola e defesa da privatização ou de mecanismos privatizantes. As preocupações básicas relativas ao ajustamento da educação aos interesses empresariais foram expostas em discursos dos ministros da Educação, Economia e do Presidente do Brasil, à época. Como assinala, Frigotto (1995): Os “homens de negócios” estão articulados e prontos para fazer valer seus interesses. Nessa perspectiva, empresas do setor privado ligada à área educacional irão intermediar os recursos públicos (Fundeb, etc.), caracterizando assim de forma inequívoca o rumo na contramão que toma a política educacional, pela força do atraso de representantes das elites.

A estratégia do sistema de *vouchers* do governo passado foi a retórica para enfrentar o problema de oferecer educação pública e gratuita de qualidade para todos os

brasileiros. Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e da LDB nº 9.394/96, o Governo Brasileiro há décadas não tem honrado seus compromissos em relação ao tão importante e delicado problema. Sabemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado.

Nos deparamos com os mecanismos de descentralização antidemocrática do governo anterior, a exemplo de diversos convênios ilegítimos firmados, programas de empresas privadas firmados com o governo cujos interesses são apenas usufruir do fundo público, empresas essas que não tem credenciais no campo pedagógico-educacional e tão pouco na produção do conhecimento científico. No Brasil as Universidades públicas e os Institutos Federais (IFs) são os que respondem pela maior produção do conhecimento científico.

Segundo análise de Almeida e Damasceno (2015) sobre o neoliberalismo e a educação brasileira, é possível afirmar que os pressupostos desta vertente adotada para a educação são catastróficos, ambos os autores, afirmam que para projetar uma visão sobre o modelo neoliberal da educação e o ensino superior

[...] é imperativo considerar que nenhum tipo de reforma, modelo ou prática introduzida no campo educacional é desprovida de uma estrutura ideológica legitimado por uma base produtiva que lhe dá sustentação e que, em última análise, nos remete ao modo de produção dominante em nossa sociedade. (ALMEIDA; DAMASCENO, 2015, p. 25).

As estratégias do governo foram, de um plano maior, em que pensada e executada como um projeto emergencial para que se transformasse numa política permanente e cada vez mais ampliada. Que pela lógica linear do “adaptar-se à realidade”, a escola tende a tornar-se uma espécie de “bruaca” onde tudo cabe e dela tudo se cobra: resolver o problema da pobreza, da fome, do trânsito, da violência, etc. (FRIGOTTO, 2007, p. 63).

Futuramente teremos consequências muito graves para o afastamento do Brasil da ciência contemporânea. Porque, se essa política perseverar, o país vai ficar em desconexão com a ciência do século XXI, que busca perspectivas interdisciplinares. É evidente que uma escola que se mantém por meio de *voucher* é uma escola que tem que perseguir de maneira mais radical possível a redução de custos.

Importante destacar que as famílias provenientes dos setores mais explorados, expropriados, que moram nas favelas, nos territórios de maior pobreza, terão que forçosamente fazer escolhas com escolas diferenciadas daquelas dos setores mais

favorecidos da sociedade. Elas terão que se contentar com escolas em seus próprios territórios: a mobilidade social na cidade não comporta o deslocamento de milhões de crianças em busca de escolas “de maior prestígio”. Até porque essas escolas não têm vaga e, sobretudo, as privadas fazem seleção.

Nessas escolas, os *vouchers* são a maneira de empurrar para baixo o gasto educacional. Isso é dito como um gasto mais eficiente, o que representa um menor gasto, porque terá menos recursos. Os professores não têm carreira, não têm reconhecimento da sua qualificação quando fazem especialização, mestrado ou doutorado, porque as escolas não têm atividades mais diversificadas, tais como oficinas de leitura e atividades vinculadas à arte, à cultura, laboratórios de ciência, etc. As instituições terão que enxugar demasiadamente seus gastos.

Por este motivo, Ahlert (2003, p. 146) aponta para a necessidade de “[...] colocar as escolas e as universidades em rede, em toda a região, com equipamentos de última geração, e não sucatas doadas ou vendidas por empresas que já as consideram obsoletas”. No sentido de construir uma relação de cooperação científica e técnica entre as universidades e as escolas para que o conhecimento seja construído dialeticamente imbricado com a realidade regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública se faz mais democrática que a própria sociedade pois o ensino no âmbito desse espaço é para todos, independentemente de sua classe de origem. Sem a escola pública fortalecida o direito constitucional à educação universal está ameaçado. Num país pobre como o Brasil, essa situação acentuará ainda mais o distanciamento entre as classes ricas e as classes pobres, minimizando as chances de ascensão à informação e condições de vida melhores de crianças, jovens e adultos.

Com a proposta do *voucher* para a educação a possibilidade de distanciamento entre o acesso e permanência do ensino contribuirá para uma crescente desigualdade social, já acentuada no país. É possível perceber que o sistema de *voucher* desestrutura o sistema da educação, aniquilando a produção cultural da diversidade étnico racial brasileira. Põe em xeque a gestão democrática, as lutas por uma educação igualitária, pois os *vouchers* subsidiam apenas parte dos custos educacionais.

O *voucher* caracteriza instrumento a permitir que a educação pública seja retirada do Estado e deslocada para a esfera do mercado. É também uma forma do Governo Federal estruturar um aparato político, em que a autonomia relativa dos municípios e dos

estados será desconsiderada. O que significa dizer que, o pano de fundo da política nessa perspectiva para a educação pública brasileira é o de simplesmente acabar com as universidades públicas no Brasil e manter apenas instituições privadas ao dar uma espécie de “*voucher*” para a população poder custear o ensino superior, o que significaria abrir mão de quase toda a produção científica do país, do conhecimento produzido, da excelência de ensino das IFES.

Uma das principais críticas ao modelo de *vouchers* concedidos de forma idêntica a todos é o aumento da desigualdade, pois o governo passaria a subsidiar famílias ricas, que já enviam seus filhos para escolas privadas. Ademais, afigura-se improvável que existam recursos suficientes para subsidiar toda a população de maneira integral e, portanto, famílias de baixa renda não teriam alternativa senão enviar seus filhos para escolas públicas (PEIXOTO; SANTORO; WANDERLEY, 2020).

É evidente que uma escola que se mantém por meio de *voucher* é uma escola que tem que perseguir de maneira mais radical possível a redução de custos. Em vez de privatização, deveríamos investir na melhoria das escolas públicas, a exemplo do que existe em países centrais. Talvez o mais importante seja abandonar o dogma de que exista solução sem custo para os problemas educacionais. A receita da ineficiência estatal se traduz pelo baixo investimento na área da educação, uma das prováveis causas da baixa qualidade no ensino fornecido pela rede pública.

O que os estudantes precisam são: professores bem formados, pagos com o suficiente para que lhes seja permitido dedicar-se em tempo integral ao ensino; bons livros e outros recursos didáticos; turmas suficientemente pequenas para que os professores possam ensinar e incentivar o amor e o interesse pela aprendizagem; edifícios que ofereçam ambiente propício à aprendizagem. Se essa não for a meta, a educação como um direito continuará a ser uma falsa promessa (KLEES; EDWARDS, 2015).

De tudo o que foi apresentado, em resposta a questão da pesquisa, entendemos que não há justificativa que leve a pensar que o sistema de *vouchers* é a solução para os problemas do sistema educacional. Os argumentos não permitem supor que essa solução poderia melhorar substantivamente a eficiência, a equidade e a qualidade do sistema em seu conjunto. O Brasil muitas vezes adota, sem crítica, soluções geradas em outros países cujos contextos sociais e econômicos apresentam características muito diferentes.

Nessa perspectiva, foi possível traçar um panorama da educação brasileira, no qual entendemos que os resultados obtidos nesta pesquisa podem auxiliar a sociedade e a academia no sentido de alertar que, embora sendo um direito constitucional, a educação



vem sofrendo ataques e propostas de mudanças, cujas supostas melhorias podem não refletir em benefícios à população de renda mais baixa, sendo ela a que mais necessita de uma educação pública de qualidade.

Por fim, este trabalho limitou-se em discutir a viabilidade da implantação do sistema de *voucher* sob a ótica neoliberalista no ensino superior do país. Assim, recomenda-se que futuros estudos rediscutam essa temática de modo ampliado ou específico, no qual se faça uma melhor análise de outras variáveis eventualmente existentes.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, jan-mar, 2016.

AHLERT, Alвори. Políticas públicas e educação na construção de uma cidadania participativa, no contexto do debate sobre ciência e tecnologia. **EDUCERE – Revista da Educação**, Umuarama, vol. 3, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/educere/article/view/186>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ALMEIDA, A. A. Lima; DAMASCENO, M. Francinete. O neoliberalismo e a educação brasileira: a qualidade total em questão. *Neoliberalism and Brazilian Education: the total quality in question*. **Revista Educação**, Guarulhos, v.10, n.2, p. 40-46, 2015. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/viewFile/2160/1610>. Acesso em: 17 maio. 2022.

AMARAL Wagner Roberto do; BAIBICH, Tânia Maria. A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.7, Número Especial, p. 197-220, dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez., 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 21 jul. 2022.

CAMARA, Luciana. B. A Educação na Constituição Federal de 1988 como um Direito Social. **Revista Direito em Debate**, Rio Grande do Sul, v.22, n.40, p. 4-26, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate>. Acesso em: 17 maio 2023.

CUNHA, Rina Nogueira D. da. **Aplicação de vouchers para incentivo a educação no Brasil**. 2008. 58 p. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, maio 2008.

DA SILVA, Tomaz. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e a política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A.; DA SILVA, Tomaz T. (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

EDMARK, Karin.; FRÖLICH, Markus.; WONDRATSCHEK, Verena. *Sweden’s school choice reform and equality of opportunity*. **Labour Economics**, n. 30, p. 129 – 142, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A.; DA SILVA, Tomaz T. (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GENTILI, Pablo A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A.; DA SILVA, Tomaz T. (orgs.)

**Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

KLEES, Steven J.; EDWARDS JR., D. Brent. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 11–30, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tHK4tppLJgYvDNdygxrPcWq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2022.

NIGRO, Helena Xavier da Silveira. **Sistema de voucher: alternativa viável para o ensino médio de São Paulo?** 2015. 41 p. Monografia (Ciências Econômicas) - Insper, São Paulo, 2015.

PEIXOTO, F. A. C.; SANTORO, L. E. D. P.; WANDERLEY, V. J. P.: Análise da Viabilidade do Modelo de *Voucher* Educacional no Brasil; *In*: MEZACASA, Douglas Santos. (org.) **Pensamento jurídico e relações sociais**. Ponta Grossa: Atena, 2020.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Financiamento e a gestão da EB: a relação entre o público e o privado. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 333-346, jul./out. 2018.

SOUZA, Thaís Godoi de; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 421-449, abr./jun. 2020.

VOUCHER. *In*: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática, S.A., 2021b. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/voucher>. Acesso em: 21 jul. 2022.

VOUCHER. *In*: **Dicionário Oxford de inglês e espanhol**. Oxford: Lexico.com, 2021a. Disponível em: <https://www.lexico.com/definicion/voucher>. Acesso em: 21 jul. 2022.